

“Setor produtivo prejudicado”

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mairton Ferreira da Nóbrega, disse na sexta-feira que a “decisão política” da comissão mista de orçamento — reduzindo de CZ\$ 550 bilhões para CZ\$ 178 bilhões o total que os estados e municípios terão de pagar de suas dívidas em 1989 — vai prejudicar principalmente a agricultura e as exportações, com consequências futuras sobre o abastecimento e o nível de emprego, já que o Congresso só deixou a alternativa de cortar financiamentos oficiais para compensar a perda de receita da União.

Ainda sem saber que o Congresso já havia aprovado o projeto de lei orçamentária da comissão mista, o ministro disse que os parlamentares estão transferindo recursos de setores produtivos para o segmento não-produtivo da economia, prejudicando também os programas de irrigação no Nordeste. “Foram retirados recursos que gerariam empregos e receitas” observou, admitindo que o governo ainda não tem uma avaliação completa dos reflexos da proposta orçamentária modificada, já que a Seplan ainda está refazendo os cálculos.

O projeto de lei orçamentária autoriza o Executivo a promover cortes no orçamento das operações oficiais de crédito para compensar a perda de receita com a rolagem de 2/3 dos CZ\$ 550 bilhões que a União esperava receber dos governos estaduais e municipais. Nóbrega explicou que estes cortes compensatórios reduzirão os recursos antes previstos na proposta governamental para os financiamentos de custeio, investimento e comercialização agrícola, por parte dos bancos oficiais, bem como para a execução da política de garantia dos preços mínimos, estoques reguladores de alimentos e programas de irrigação no Nordeste, além de financiamentos a exportações.

EXPORTAÇÕES

O ministro mostrou-se preocupado também com os efeitos negativos decorrentes da intenção dos governos estaduais em cobrar o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos semi-elaborados que se destinam à exportação. “Se houver uma taxação inadequada, eles podem inviabilizar a exportação de até US\$ 12 bilhões, gerando desemprego”, alertou, expressando dúvi-

das ainda sobre o impacto da elevação em até 25% da alíquota do novo ICMS sobre produtos comercializados dentro do País. O assunto voltará a ser discutido pelos secretários estaduais de Fazenda nesta terça-feira, antes da reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz) na quarta-feira.

IMPOSTO DE RENDA

Quanto à decisão tomada pelo Congresso na última quinta-feira, aprovando quase na íntegra as modificações propostas pela Secretaria da Receita Federal no Imposto de Renda do próximo ano, o ministro preferiu ressaltar a demonstração de entendimento entre Legislativo e Executivo. “Foi um grande

avanço”, limitou-se a comentar, sem demonstrar preocupação com a perda de receita, estimada em 28 milhões de OTN (CZ\$ 134 bilhões em dezembro), decorrente da permissão para se deduzir do IR até cinco dependentes.

Nóbrega comentou também a criação da linha de crédito de CZ\$ 500 bilhões para atender a instituições financeiras estaduais em dificuldades, dizendo que, em troca, o governo exigirá o saneamento e a capitalização dos bancos. Se as instituições não forem recuperadas, serão liquidadas, segundo o ministro da Fazenda. Disse que a decisão atendeu a pedidos dos governos estaduais da região Sul, para evitar várias liquidações “e a consequente instabilidade no mercado financeiro”.